

Elio Gaspari

**5. A Ditadura
Acabada**

intrinsic

Copyright © 2016 by Elio Gaspari

PREPARAÇÃO

Kathia Ferreira

REVISÃO

Eduardo Carneiro

Vânia Santiago

PESQUISA ICONOGRÁFICA

Porvirscópio Projetos e Conteúdos

Coordenador: Vladimir Sacchetta

PESQUISA

Paula Sacchetta

Vinicius de Melo Justo

CHECAGEM DO EPÍLOGO

Rosana Agrella da Silveira

CAPA E PROJETO GRÁFICO

Victor Burton

DIAGRAMAÇÃO

Adriana Moreno

TRATAMENTOS DE IMAGENS

Anderson Junqueira

ô de casa

ÍNDICE REMISSIVO

Gabriella Russano

Visite o site www.arquivosdeditadura.com.br

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

C232d

v. 5

Gaspari, Elio, 1944-

A ditadura acabada / Elio Gaspari. – 1ª ed. – Rio de Janeiro:

Intrinseca, 2016.

16x23 cm.

Sequência de: A ditadura encerrada

Apêndice

Inclui bibliografia e índice

Inclui encartes com fotos

ISBN 978-85-8057-915-4

1. Ditadura - Brasil. 2. Perseguição política - Brasil. 3. Tortura -
Brasil. 4. Brasil. - Política e governo - 1974-1979. I. Título.

16-29940

CDD: 981.063

CDU: 94 (81)

[2016]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA INTRINSECA LTDA.

Rua Marquês de São Vicente, 99, 3º andar

22451-041 – Gávea

Rio de Janeiro - RJ

Tel./Fax: (21) 3206-7400

www.intrinseca.com.br

Para Ibrahim Sued

A anistia

Quando o marechal Ademar de Queirós assumiu a presidência da República, em abril de 1964, recomendou que se suspendessem as demissões sumárias de comunistas pois eles acabariam reintegrados nas asas de uma anistia. Como eram procurados pela polícia, deveriam ser demitidos por abandono de emprego. Aos 64 anos, o "Tico-Tico" sabia do que estava falando. Sua geração já vira seis anistias. Elas favoreceram comunistas, oficiais rebeldes, guerrilheiros da Coluna Prestes e sequestradores de avião do levante de Aragarças. Um dos expoentes do radicalismo na FAB, o coronel João Paulo Burnier, exilara-se na Bolívia depois do fracasso da quartelada e só recuperara a patente graças a uma anistia. Entre os beneficiados por pacificações anteriores estiveram o pai de Figueiredo e o oficial comunista Agildo Barata, amigo de juventude de Ernesto Geisel.¹ A próxima, o marechal sabia, seria uma questão de tempo.

Nas contas do Planalto, em catorze anos a ditadura cassara os mandatos e/ou suspendera os direitos políticos de 1.088 cidadãos e três ex-presidentes da República; afastara do serviço público 3.215 civis, entre os quais três ministros do Supremo Tribunal Federal e um do Superior Tribunal

¹ Nos anos 1930, o comunista Agildo Barata servira na Paraíba com Geisel.

Militar; excluiria do serviço ativo 1.387 militares, inclusive 55 oficiais-generais. Além dessas punições, banira 125 brasileiros, condenara 11 mil pessoas, pusera na cadeia dezenas de milhares de cidadãos e mantinha 213 encarcerados.² Deles, 82 cumpriam penas superiores a dez anos de prisão por assaltos praticados com motivação política.³

Pode-se estimar que houvesse entre 3 mil e 5 mil brasileiros exilados, fugidos, ou apenas precavidos. D. Paulo Evaristo Arns dissera a Jimmy Carter que eram 10 mil, mas esse número era exagerado.⁴ Um documento do SNI estimava-os em 2.692.⁵ Muitos deles eram vigiados pelo Centro de Informações do Exterior, o CIEEX, braço do aparelho repressivo dentro do Itamaraty. Quase todos estavam arrolados no *Fichário de Pessoas com Registro de Atividades Nocivas à Segurança Nacional*, não podiam receber passaportes e se tentassem renová-lo ficariam sem ele.⁶ Esse aparelho não era um simples subsidiário do SNI ou da Justiça Militar, pois às vezes mostrava-se mais rigoroso que eles. No caso do engenheiro Carlos Eduardo Sena Figueiredo e de sua mulher, Maria Regina, o CIEEX negava-lhes passaporte sem justificativa legal. Eles viviam no exterior desde que fora descoberto um grupo que enviava notícias sobre torturas à Europa. Haviam sido absolvidos, mas o Itamaraty não recuou. Quando o secretário-geral Dario Castro Alves encaminhou uma gestão de Heitor Ferreira pedindo-lhe que lhes desse passaportes, recebeu um expediente informando que a imprensa noticiara a sentença, porém, “não tem o Itamaraty confirmação oficial desse fato”. Heitor resolveu o problema recorrendo ao SNI e os passaportes foram liberados.⁷ Os diplomatas ne-

2 Para 213, cálculo do presidente do Comitê Executivo da Anistia Internacional, *O Estado de S. Paulo*, 15 de novembro de 1977.

3 *O Estado de S. Paulo*, 24 de dezembro de 1978.

4 Para 11 mil condenados, Véji, 10 de março de 1978. Para os demais, duas folhas com a estatística das 5.396 punições aplicadas com base nos Atos Institucionais, de 31 de dezembro de 1978. APGCS/HF. Para d. Paulo Evaristo Arns, Jimmy Carter, *White House Diary*.

5 *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, vol. 2, p. 41, <http://www.cmv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf>.

6 Circular Postal 04261, do Itamaraty, de 22 de outubro de 1975, referente a Antonio Carlos Pinto Peixoto e Valência Rocha Lima. APGCS/HF.

7 Carta de Lauro Abranchês a Heitor Ferreira, de 14 de novembro de 1978; *Informação para o Sr. Secretário-Geral*, de 22 de novembro de 1978; carta de Dario Castro Alves a Heitor Ferreira, de 23 de novembro de 1978; cartão de Heitor a Newton Cruz, de 24 de novembro de 1978; e bilhete de Newton Cruz a Heitor, de

gavam registros até as crianças dos “apátridas”. Liszt Vieira, ex-militante da VPR, sequestrador do cônsul japonês em São Paulo, banido em 1970 em troca do embaixador alemão, passara por Argélia, Cuba, Chile, Argentina e Portugal, sem conseguir registrar sua filha, Elise, em diversos consulados brasileiros na Europa.⁸

Uma mulher obstinada, Therezinha de Godoy Zerbini, deu a partida na mobilização política pela conquista da anistia. Em 1975 ela e outras quatro senhoras fundaram em São Paulo o Movimento Feminino pela Anistia. Advogada, teve o cuidado de organizar o grupo dentro da absoluta legalidade. Registraram-se num cartório, reuniam-se com atas, expediam ofícios: pediam audiências e formavam núcleos estaduais.⁹ Aquela senhora que vinha de lugar nenhum inspirava receios na esquerda — “ela quer que a gente mostre a cara, para nos prenderem”.¹⁰ O MFPA ainda engatinhava quando o SNI viu no grupo “vinculações do movimento feminista no Brasil com o Movimento Comunista Internacional”.¹¹ Foi uma de suas militantes, Míla Cauduro, quem entregou a Denise Goulart, filha de Jango, a faixa com a inscrição “Anistia”, que a jovem colocou sobre o caixão do pai, em dezembro de 1976.¹²

Onde aparecia um espaço, lá estava dona Therezinha. Ora pedindo para ser recebida por Golbery, ora mobilizando a reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, ou mesmo ocupando o espaço nobre da entrevista semanal publicada pelo *Pasquim*. Em janeiro de 1978, o Serviço reconhecia nela uma “figura de projeção nacional” e registrava

8 de dezembro de 1978, juntando o expediente enviado pelo SNI ao Itamaraty. Um cartão de Dario Castro Alves a Heitor, do dia 6 de dezembro de 1978, informou que já fora expedida a ordem para a entrega dos passaportes. APGCS/HF.

9 Liszt Vieira, *A biografia*, p. 130.

10 Livro de Atas do Comitê Feminino Pró-Anistia. AA.

11 Therezinha Zerbini, outubro de 2004.

12 *Apreciação Sumária nº 29*, do SNI, marcado “segredo”, de 2 de agosto de 1976. CDDoc/FCV.

13 Therezinha Zerbini, outubro de 2004.

que o Movimento criara sete bases estaduais e ampliara "extraordinariamente as suas atividades".¹³

Aquela senhora que parecia uma burguesa da elite paulista, morando numa boa casa do Pacaembu, era mulher do general Euryle de Jesus Zerbini, uma das peças do fracassado "dispositivo militar" de João Goulart. Quando tenente, levava dinheiro de jovens oficiais ao pai de Figueiredo, asiado na Argentina.¹⁴ O casal aproximara-se dos dominicanos do convento paulista de Perdizes e ela fora presa em 1970, condenada a dois anos de prisão. Passara pela "Torre das Donzelas" do presídio Tiradentes, onde estava Dilma Rousseff, que cumpria pena de dois anos e seis meses.¹⁵ As duas reencontraram-se em 1975, quando a ex-*Estrela da VAR-Palmares* foi a São Paulo para discutir a organização do MPFA no Rio Grande do Sul.

O Movimento de Therezinha Zerbini procurava manter-se longe das demais bandeiras e da própria militância política. Depois dele, surgiu outra organização, o Comitê Brasileiro pela Anistia, guarda-chuva sob o qual se abrigariam militantes do MDB e de organizações clandestinas. Presidindo-o estava o marechal Pery Bevilaqua, de 79 anos, um adversário do sindicalismo esquerdista em 1964 e da tortura que se instalara nos anos seguintes. Afastado da tropa por uma designação astuciosa, fora para o Superior Tribunal Militar, onde se tornou um estorvo. Propunha uma anistia e concedia generosamente *habeas corpus* para presos e perseguidos. Beneficiaria professores como Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso e estudantes esquerdistas que, nos anos seguintes, iriam para organizações envolvidas na luta armada. Em 1968, quando estava a três meses da compulsória, foi cassado numa das primeiras fornadas do AI-5. Tomaram-lhe até mesmo as condecorações militares.

Na sua expressão mais simples, a anistia parecia significar o esquecimento do passado. Era muito mais que isso. Ela redenharia o futuro político para o país. As reformas de Geisel, o fim da censura à imprensa escrita e a revogação do AI-5 seriam mudanças na estrutura do regime,

13 Retrospecto de 1977 com Perspectivas para 1978, do SNI, CPD/DFCV.

14 Para o dinheiro, Therezinha Zerbini, outubro de 2004.

15 Paulo Moreira Leite, *A mulher que era o general da casa*, pp. 26-7; *Folha de São Paulo*, 10 de julho de 2012.

mas a anistia significaria seu desfecho, devolvendo à política personagens que dela estavam banidos. Essa mudança afetaria tanto o governo quanto a oposição, abrindo espaço para velhas lideranças, como Leonel Brizola e Miguel Arraes, e para uma geração de jovens radicais de esquerda que viviam na clandestinidade ou no exílio. José Dirceu, líder estudantil de 1968, passara por Cuba e vivia na cidade paranaense de Cruzeiro do Oeste, convertido no comerciante Carlos Henrique Gouveia de Melo; o jornalista Fernando Gabeira, sequestrador do embaixador americano em 1969, trabalhava como maquinista no metrô de Estocolmo. Concedida a anistia, o jogo político seria outro. Tratava-se de negociar sua calibragem, no tempo e no alcance.

Em 1975 Golbery tivera um encontro secreto com Ulysses e mencionara que o processo da anistia viria gradualmente, começando pela revisão de alguns casos de "inegáveis injustiças".¹⁶ Raymundo Faoro mostrou que esse caminho, aparentemente generoso e racional, era inviável, "roça a quadratura do círculo": "A revisão de caso por caso seria politicamente desastrosa. Na medida em que fossem reveladas as injustiças cometidas e os motivos absurdos para muitas punições, a revisão converter-se-ia num contraproceto político do regime".¹⁷ Por exemplo: em 1964 Geisel batilhara sem sucesso para impedir a cassação do economista Jesus Soares Pereira, seu ex-colega no Conselho Nacional do Petróleo. Sempre que lembrava o caso, o general culpava os plutocratas da refinaria de Capuava, contra cujos interesses ele e Jesus atuaram no CNP.

Geisel não pretendia assinar uma anistia e acreditava que seu sucessor deveria concedê-la por partes.¹⁸ Golbery informava que "quem vai dar o bombo é o Figueiredo".¹⁹ Figueiredo, por sua vez, aceitava a ideia, mas não queria tratar do assunto antes da eleição.²⁰ Era a calibragem do tempo.

O futuro presidente não admitia que o benefício trouxesse de volta políticos como Leonel Brizola. Além disso, excluía aqueles que "assaltaram

16 Thales Ramalho, 21 de julho de 1999. Thales esteve no encontro.

17 *Jornal do Brasil*, 29 de janeiro de 1978; e *Véja*, 10 de março de 1978.

18 Maria Ceilina D'Araujo e Caio Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, p. 398.

19 *Jornal do Brasil*, 27 de janeiro de 1979.

20 *Sídi Bahat*, agosto de 1999.

bancos, assassinaram e sequestraram".²¹ Essa era também a opinião do general Euler: "Em tese, sou a favor da revisão dos processos, mas não para aqueles sequestradores e assaltantes de bancos".²² Na Igreja, a anistia seletiva era defendida tanto pelo cardeal conservador Vicente Scherer, de Porto Alegre ("[f]oi um contrassenso jurídico e medida inteiramente antissocial pleitear pura e universal anistia para os autores de atentados a direitos alheios ou danos irreparáveis") quanto por Aloísio Lorscheiden, presidente da CNBB, um bispo malquisto pela ditadura ("a anistia não se destina aos que cometeram crimes comuns").²³ Tancredo Neves ia na mesma linha: "Por exemplo, de quem assassinou, por paixão política, um soldado na guarita, ou assaltou bancos. Isso é outro caso, é caso para a Justiça".²⁴ A própria Therezinha Zerbini dissera que "a gente fala em anistia ampla e irrestrita, mas nunca descartamos a possibilidade de uma anistia parcial".²⁵

Os punidos formavam um arco que ia da simples injustiça praticada contra inocentes à imposição de penas a pessoas que praticaram crimes capitulados no Código Penal. Num extremo estava a madre Maurina Borges da Silveira, que vivia no México, banida, porque em 1969 os sequestradores do cônsul japonês em São Paulo puseram seu nome na lista de presos a serem libertados. Não tivera militância política, pois seu contato com jovens esquerdistas de Ribeirão Preto não implicara militância, nem quisera deixar o país.²⁶ O capitão Sérgio Miranda de Carvalho, o *Sérgio Matcaro*, fora expulso da Força Aérea porque desafiara ordens ilegais do brigadeiro Burnier. O ex-deputado Marcio Moreira Alves estava exilado em Lisboa por causa de um discurso feito na Câmara e tinha uma pena de dois anos e três meses.²⁷ Luiz Carlos Prestes, dirigente de um partido comunista que se mantivera longe da luta armada, estava condenado a 25 anos e vivia em Moscou. Em Paris, tocando violão no metrô, estava Carlos Eugênio Sarmento da Paz, o *Clemente*, ex-comandante militar da ALN que, na

21 João Baptista Figueiredo, 1978; e *Veja*, 11 de janeiro de 1978.

22 *Jornal do Brasil*, 29 de julho de 1978.

23 Para d. Vicente, *Jornal do Brasil*, 4 de abril de 1978; para d. Aloísio, *Veja*, 10 de março de 1978.

24 *Jornal do Brasil*, 4 de março de 1978.

25 *Veja*, 10 de março de 1978.

26 Entrevista a Luís Eblak, *Folha de São Paulo*, 7 de junho de 1998.

27 Para a pena, *Jornal do Brasil*, 7 de março de 1978.

sua conta, matara perto de dez pessoas, entre elas um companheiro que pretendia deixar a organização. Carregava uma sentença de quinze anos.²⁸ Rholine Sonde, do PCBR, encarcerado no presídio de Itamaracá (PE), fora condenado à prisão perpétua, acusado de ter participado do assalto em que foi morto um gerente da Souza Cruz. Admitida a diferenciação, madre Maurina, *Sérgio Matcaro*, Moreira Alves e Prestes seriam anistiados. *Clemente* e Rholine, não.

Num ano eleitoral, eram raras e irrelevantes as vozes contrárias a uma anistia, tratava-se apenas de qualificá-la. Deixada para o ano seguinte, tudo seria negociado.

O obstáculo dos passaportes foi vencido aos poucos. O Tribunal Federal de Recursos determinara que o consulado do Brasil em Buenos Aires revalidasse o documento do teatrólogo Augusto Boal. Nos meses seguintes, dezenas de exilados conseguiram ordens judiciais. O SNI sustentava que havia uma orquestração da "imprensa comprometida com a contestação", pois só os 128 banidos estavam proibidos de voltar.²⁹ Era mentira. O consulado em Genebra recusara-se a renovar o passaporte do ex-deputado Lysáneas Maciel, cassado em 1976.³⁰

Therezinha Zerbini fundou o MPFA com meia dúzia de mulheres na sua casa. Em fevereiro de 1978, quando o Comitê Brasileiro pela Anistia foi criado, tinha trinta associados. Em maio, 3 mil pessoas reuniram-se no largo de São Francisco, em São Paulo, pedindo uma "Anistia Ampla Geral e Irrestrita".³¹ Não era muita gente, mas prenunciava a relevância do tema.

Além do alcance do benefício dos perseguidos, havia outra questão. Como ficariam os agentes do Estado que, a seu serviço, praticaram crimes que também podiam ser considerados comuns, como a tortura, os assassinatos e os desaparecimentos? Nas palavras de um estudo do Centro de Informações do Exército, "ações que qualquer justiça do mundo qualifi-

28 Entrevista de Carlos Eugênio Sarmento da Paz a Expedito Filho, *Veja*, 28 de julho de 1996. Para a pena, mandado de prisão expedido em 26 de setembro de 1973 pela 2ª Auditoria do Exército, Arquivo Público do Estado de São Paulo, <http://www.arquivostado.sp.gov.br/upload/Deops/Prontuarios/BR_SP_APESP_DEOPS_SAN_001246_01.pdf>.

29 Apreciação Sumária nº 07, do SNI, de 13 a 19 de fevereiro de 1978. CPDoc/FCG.

30 *Jornal do Brasil*, 14 de maio de 1978.

31 *Brasil dia-a-dia*, p. 39.

caria de crime".³² Como lembrara o major Freddie Perdigão, em apenas três anos noventa componentes do DOI de São Paulo haviam recebido do Exército a Medalha do Pacificador.

Ao governo e à própria oposição, interessava que os exilados aguardassem. Passando por Paris, Leonel Brizola (condenado a dez anos de prisão e réu em 32 processos no STM) dissera que se o seu retorno fosse um obstáculo, abandonaria a política.³³ Na verdade, pensava em recitar o Partido Trabalhista Brasileiro e reuniria-se com os presidentes de Portugal, Venezuela e México, bem como com o primeiro-ministro alemão, Willy Brandt.³⁴ Em Nova York, recebera um recado de Golbery: se voltasse, seria preso.³⁵ Duvidou e informou que retornaria em abril de 1979. Dessa vez o recado veio de Figueiredo: iria do aeroporto para a prisão.³⁶ Nos últimos dias do governo Geisel, Brizola almoçou num restaurante de carnes de Nova York com Thales Ramalho, secretário-geral do MDB, e jogou sobre a mesa uma passagem aérea, pois pretendia embarcar de volta. "O senhor não tira a cabeça do avião", avisou-lhe Thales. Aborrecido, Brizola foi-se embora, mas adiou a viagem.³⁷

Desde agosto havia nos aeroportos manuais de oito folhas renovando as normas para lidar com exilados. Os banidos, os condenados e aqueles contra os quais houvesse ordem de prisão deveriam ser detidos. Aquelas que nada devessem, cujos nomes constassem de uma lista do SNI como "terrorista, subversivo, com curso de guerrilha ou que exerceu atividades difamatórias no exterior, particularmente o que vive ou viveu em países de governo comunista", deveriam fornecer seus endereços e seriam intimados a prestar declarações. Se fosse o caso, poderiam ser abertos inquéritos contra eles.

O SNI já não chamava os exilados de "apátridas", mas de "repatriados". Ainda assim, eles deveriam responder a um questionário de 36

32 Março de vinte folhas com *Estudo e Apreciação sobre a Revolução de 1964*, incompleto, de 16 de junho de 1975, do CTR, marcado "confidencial". AA.

33 *Jornal do Brasil*, 6 de março de 1978; e *Veja*, 8 de março de 1978. Para os processos no STM, *Jornal do Brasil*, 6 de julho de 1978; e para as condenações, *Jornal do Brasil*, 20 de março de 1978.

34 *Veja*, 10 de maio de 1978.

35 *Idem*, 2 de agosto de 1978.

36 *Folha de São Paulo*, 23 de agosto de 1999.

37 Thales Ramalho, agosto de 1999.

perguntas. Algumas impertinentes, outras policiaiscas, muitas insuspeitas de serem respondidas. Alguns exemplos:

- Qual o local ou locais de residência no estrangeiro? (Rua, número, cidade, país, apresentar comprovante)
- Que sabe sobre cada brasileiro exilado? Qual a situação econômica de cada um?
- Ouviu críticas ao Brasil, seu regime, seu governo? Da parte de quem?
- Que acha da filosofia marxista?
- Citar cantores, artistas e intelectuais que vivem no exterior e que exercem atividade pública.
- Onde e como os conheceu?
- Qual desses citados promovem ou fazem campanha contra o Brasil, de que forma, ostensiva ou velada? Qual o veículo de comunicação utilizado? Como fazem essa campanha?³⁸

O formulário fora concebido por algum oficial onipotente, com a cabeça no radicalismo militar. Muitos brasileiros haviam deixado o país exatamente para não terem de responder a esse tipo de perguntas. Num caso exemplar, Chico Buarque de Hollanda foi chamado a depor depois de retornar de uma viagem a Havana. Submetido a um questionário semelhante, deu respostas que indicavam um novo quadro político:

Estou sendo obrigado a prestar essas declarações em lugar de trabalhar. Trabalho dez horas por dia e estou perdendo um tempo precioso vindo à polícia.

Encerrou o depoimento de forma desafiadora:

³⁸ Oito folhas com *Instruções Particulares, Procedimentos a Serem Adotados pelos Órgãos de Segurança e Informações*, de 15 de agosto de 1978. APGCSJHF.

No dia 27 de fevereiro de 1978, nas dependências do DPPS, quando estava sendo ouvido, neguei-me a responder às perguntas que me eram formuladas.

Nove anos antes, por precaução, Chico Buarque deixou o país, indo morar em Roma. Em janeiro de 1979 a Censura liberou uma de suas canções, que se tornou um hino de protesto. Em 1971, quando a proibiram, Chico avisara:

*Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia.*³⁹

O dia era outro. Ao final de 1978, pelo menos cinco exilados já haviam regressado ao Brasil.⁴⁰ Nenhum tinha sentença pendente. Maria Nazareth Cunha da Rocha havia sido banida em 1971, depois do sequestro do embaixador suíço. Vivia em Paris, onde cuidava de um quiosque de artesanato. Avisou que voltaria, foi detida no aeroporto, mas, semanas depois, acabou libertada.⁴¹ Quando ela partiu, a "tigrada" matava os banidos que capturasse

39 Simões Inimá, *Sóis de cinema*, p. 144. Apesar de você foi composta e lançada por Chico Buarque em 1970 na versão compacto simples, pela Philips. Com duração de 3 minutos, a canção estourou nas rádios e acabou sendo censurada em 1971.

40 O primeiro exilado a regressar foi Carlos de Figueiredo Sá, em março. *Jornal do Brasil*, 8 de março de 1978.

41 *Jornal do Brasil*, 11 de agosto e 10 de setembro de 1978.

Maluf derrota dois presidentes

Geisel não repetiu em 1978 o erro do início de 1974, quando a autoconfiança levou-o a estilhaçar a unidade da Arena, abrindo caminho para a vitória do MDB. Em 1974, por qualquer critério, Delfim Netto, recém-saído do Ministério da Fazenda, seria escolhido pelo partido para governar São Paulo. Não só Geisel vetara-o, como também impusera Paulo Egydio Martins. Em 1978, deu espaço para que houvesse disputa nas convenções que escolheriam os próximos governadores.

Paulo Egydio queria ser sucedido por Olavo Setubal, um quatrocentão vindo da cepa da baronesa de Campinas, prefeito de São Paulo e criador do banco Itaú. Geisel chegara a enviar um recado por intermédio do general Moraes Rego: a escolha estava feita e Setubal seria o governador.

Figueiredo preferia o ex-governador Laudo Natel, em cuja administração comandara a Força Pública do estado. O general tinha razões para supor que, como em 1974 a escolha fora de Geisel, agora seria sua. Paulo Egydio já havia combinado um foguetório em cidades do interior para comemorar a vitória do seu candidato quando o mesmo Moraes Rego pediu-lhe um novo encontro, às sete da manhã,